



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
 OFÍCIO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E MINORIAS ÉTNICAS

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos nove dias do mês de novembro dois mil e quatro, às 14h30, no auditório da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, localizado na Praça Rui Barbosa, nº 57, em Porto Alegre/RS, 14º andar, ocorreu a audiência pública para tratar do **Projeto de Intervenção Indígena e Acompanhamento Antropológico para a Redução dos Danos Causados pelo Uso Abusivo de Bebidas Alcoólicas entre os Mbyá-Guarani – RS**. Estiveram presentes o Sr. Marcelo Beckhausen, Procurador Chefe no Rio Grande do Sul; o Sr. João Carlos Pacheco, Procurador de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul; a Sra. Miriam Balestro Floriano, Promotora de Justiça; a Sra. Miriam Chagas, Analista Pericial em Antropologia do MPF; o Sr. Francisco Witt, Chefe do Posto da FUNAI de Barra do Ouro/RS; o Sr. Neri Kame Si Ribeiro, Administrador Regional da FUNAI/RS; a Sra. Maria Paula Prates Machado, estagiária em Antropologia – MP/RS; o Sr. Antônio Dílson Lemos Fernandes, Coordenador Regional da FUNASA/RS; o Sr. Carlos Coloma, Gerente Área de Saúde Mental - FUNASA/VIGISUS; a Sra. Inajara Rodrigues, Assessoria de Assuntos Indígenas/FUNASA/RS; o Sr. José Otávio Catafesto de Souza, Coordenador do NIT/UFRGS; a Sra. Luciane Ouriques Ferreira, Gerente de Área de Medicina Tradicional Indígena FUNASA/VIGISUS; a Sra. Marlene de Oliveira, Secretaria Municipal da Assistência Social de Londrina; a Sra. Denise Rosana Wolf, coordenadora do Instituto de Estudos Culturais e Ambientais; o Sr. José Cirilo Pires Morinico, cacique geral Mbyá-guarani; o Sr. João de Oliveira, karáí de Salto do Jacuí; o Sr. Alcino Moreira, karáí de Mbyguaçu, SC; o Sr. Ricardo Lopes Fagundes e Sra. Roselaine Murlik, médicos da equipe multidisciplinar de saúde do Pólo Base de Saúde Indígena - Viamão/RS; e demais convidados, conforme lista de presença anexa. Os Karáí e cunhã-karai abriram a audiência pública, junto com os caciques Mbyá-Guarani



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
OFÍCIO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E MINORIAS ÉTNICAS

ali presentes com uma reza tradicional, para que a reunião tivesse um bom andamento. O Sr. Marcelo Beckhausen iniciou a audiência pública saudando a todos. Após, convidou as seguintes pessoas para comporem a mesa: o Karáí Alcindo Moreira, o Karáí João de Oliveira, o cacique geral Mbyá-guarani José Cirilo, o Sr. Carlos Coloma, o Sr. José Otávio Catafesto de Souza, o Sr. Antônio Dílson Lemos Fernandes, e a Sra. Luciane Ouriques Ferreira. O cacique José Cirilo iniciou falando sobre a importância do trabalho dos karáís e dos xondaro marãgatu na cultura guarani, e que essa atuação não é política, mas sim que ela vem pelo coração e se expressam através das palavras boas. Deixou claro que o projeto que esta sendo desenvolvido é dos Guarani e não dos brancos. Falou sobre os ensinamentos tradicionais Mbyá-Guarani disseminados pelos karáí e pelos xondaro marãgatu visando prevenir o uso abusivo de bebidas alcoólicas. Abordou os temas fundamentais relacionados a cultura Guarani e que orientam as ações de intervenção voltadas para a redução do uso de bebidas alcoólicas: a importância do espírito, da casa de reza (opy), da plantação e do batismo como elementos fundamentais para a manutenção da saúde Mbyá. Afirmou que sustentabilidade não se refere apenas a ter comida, mas também que era necessário a sustentabilidade cultural, sendo que para os Mbyá essa sustentabilidade é a casa de reza, porque é o centro da cultura guarani. Os karáís falaram em sua língua indígena e foram traduzidos pelas lideranças guarani: A fala de João de Oliveira foi traduzida por José Cirilo que expressou a sua satisfação em estar ali participando; a fala de Seu Alcino foi traduzida pelo cacique de Mbyguaçu Iral, que afirmou sobre a importância que as ações dos karáí e dos xondaro para a redução do consumo de bebidas alcoólicas tenham continuidade. O Sr. Antônio Dílson falou sobre a importância de construção de políticas públicas que respeitem a diversidade cultural e sobre a dificuldade da Administração Pública em se adaptar a tal necessidade. Falou sobre o trabalho da FUNASA executado nesse sentido, e em especial sobre ações que visam a adequação das demandas indígenas à saúde pública. O Sr. José Otávio



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
OFÍCIO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E MINORIAS ÉTNICAS

Catafesto de Souza congratulou a iniciativa da FUNASA em buscar ações que visem combater o problema do alcoolismo em comunidades indígenas e que sob a rubrica do alcoolismo conseguem ter uma abordagem integral e de fortalecimento da cultural. Reforçou o seu compromisso em apoiar os karai e se colocou a disposição e também a sua instituição – UFRGS – para qualquer coisa que fosse necessário. Falou sobre a importância de se manter a continuidade do projeto. A Sra. Luciane Ouriques Ferreira fez um relato sobre o trabalho desenvolvido desde o início do projeto. Também relatou sobre as dificuldades iniciais referentes a realização do diagnóstico, reuniões dos karai e do percurso dos xondaro marãgatu, enfatizando a descontinuidade entre as ações como um problema grave enfrentado por estas ações no decorrer desses 4 anos e também apresentou como problema a falta de articulação das ações comunitárias desenvolvidas às atividades das Equipes Multidisciplinares de Saúde, o não-estabelecimento de referências capacitadas para o atendimento ao paciente alcoolista Mbyá-Guarani. Explanou sobre as particularidades do fenômeno do uso abusivo de bebidas alcoólicas entre os Mbyá-Guarani e ressaltou aspectos da cultura guarani fundamentais para a compreensão das ações, sobre o significado e o efeito da “boa palavra” nas comunidades e a importância de intervir sobre a dimensão coletiva/comunitária do fenômeno do uso abusivo de bebidas alcoólicas para reduzir os danos causados por esse consumo no universo guarani. Fez a exibição de apresentação visual, utilizando projetor de multimídia, sobre o tema de sua explanação. Entregou um CD para o Dr. Marcelo Beckhausen e outro para o Dr. Dilson Fernandes contendo os documentos produzidos durante os 4 anos de desenvolvimento das ações. Por fim, apresentou a proposta de continuidade do projeto de **Intervenção Indígena e Acompanhamento Antropológico para a Redução dos Danos Causados pelo Uso Abusivo de Bebidas Alcoólicas entre os Mbyá-Guarani – RS: segunda etapa**. Expôs os objetivos, as atividades e a metodologia do projeto, afirmando que a equipe de execução está em formação.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
OFÍCIO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E MINORIAS ÉTNICAS

Esclareceu que o projeto está sendo encaminhado para financiamento ao Projeto Vigisus/FUNASA via o Instituto de Estudos Culturais e Ambientais, coordenado por Denise Rosana Wolf; que os agentes de intervenção sobre o problema do uso abusivo de bebidas alcoólicas são os karai, cunhã-karai, xondaro marãgatu e equipe do cacique geral Mbyá-Guarai; que o projeto está vinculado ao Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais/UFRGS, representados pelos professores Drs. José Otávio Catafesto e Sérgio Batista, ao Núcleo de Estudos dos Saberes e de Saúde Indígena/UFSC, representada pela professora Dr. Esther Jean Langdon e que será acompanhado pelo Ministério Público Federal. Também propôs que os médicos da equipe multidisciplinar do Pólo Base de Viamão, Ricardo Augusto Lopes Fagundes e Roselaine Murlik, integrassem a equipe de execução do projeto. O Sr. Carlos Coloma falou sobre ações necessárias para atuação com saúde indígena, sobre a importância da atuação de profissionais especializados e que entendem a questão. Enfatizou o pioneirismo do projeto iniciado a partir da ação do Rio Grande do Sul e que esse aponta para um modelo para todo o país, na medida em que engloba um processo social. Afirmou que o processo de mobilidade comunitária na busca da sustentabilidade cultural para o enfrentamento do problema do uso abusivo de bebidas alcoólicas, com persistência e coerência, e que qualquer retrocesso causado pelas discontinuidades será muito difícil de ser recuperado. Enfatizou que cada instituição envolvida foi amadurecendo neste processo, na medida em que foi conhecendo um pouco do pensamento guarani e dos ensinamentos karais. Também afirmou que o conhecimento científico, trazido pela Universidade, particularmente o antropológico, está sendo recolocado de outra forma na interação com os saberes indígenas. Foi dada palavra ao público presente. A Sra. Marlene, da Secretaria Municipal de Assistência Social de Londrina, reafirmou a importância da iniciativa proposta pelo projeto em questão. Afirmou que trabalho envolve uma questão bastante complexa e que e o uso abusivo



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
OFÍCIO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E MINORIAS ÉTNICAS

de bebida alcoólica desencadeia também outros fatores como, por exemplo, a violência doméstica desencadeada pelo consumo do álcool. A Sra. Miriam Balestro afirmou que o problema do alcoolismo nas comunidades indígenas tem relação com a questão da sustentabilidade. Perguntou à mesa se há projetos nacionais para o RS que visem priorizar ações de sustentabilidade, e citou outros exemplos no país. O Sr. Marcelo afirmou que as políticas públicas estão deficitárias nesse sentido. O Sr. José Otávio Catafesto de Souza afirmou que as ações desenvolvidas pelos karai e xondaro marãgatu na primeira etapa do projeto apoiado pela FUNASA, também se traduziram em ações práticas no campo da sustentabilidade, no sentido que resgataram a autoconfiança e auto-estima nas comunidades, incrementando as plantações tradicionais nas comunidades Mbyá. Representante do Projeto Rondon falou sobre a dificuldade de se trabalhar com a diversidade do “universo indígena”. Relatou sobre a atuação do Projeto Rondon, que também apóia as iniciativas dos guaranis e que “quando a alma está com saúde, o corpo se alimenta”. A Sra. Luciane Ouriques Ferreira afirmou que há uma área de intervenção do Projeto Vigisus que também apóia ações relacionadas a sustentabilidade cultural em comunidades indígenas. A Sra. Marlene citou projetos no âmbito do Ministério da Agricultura e do Ministério Meio Ambiente que tem o objetivo semelhante. A Sra. Agda, técnica da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, falou sobre as ações de sua Secretaria visando estabelecer a sustentabilidade indígena. Fez referência a um projeto desenvolvido pela EMATER para apoio e incentivo à construção das casas de reza nas comunidades Mbyá. Citou alguns parceiros nesse objetivo: MDA, EMATER, Programa RS Rural. O cacique Irau falou sobre a importância da legalização das terras indígenas e solicitou aos representantes da FUNAI respostas sobre a questão. Apresentou à mesa um relatório dos trabalhos demonstrando os resultados alcançados por sua comunidade em relação a sustentabilidade. O Administrador Regional da FUNAI já havia deixado o auditório.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
OFÍCIO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E MINORIAS ÉTNICAS

Nenhum dos participantes apresentou qualquer objeção a proposta do projeto ali apresentada. O Sr. Marcelo Beckhausen encerrou a audiência pública agradecendo a presença de todos e parabenizou a iniciativa de continuidade das ações de alcoolismo através do Projeto de Intervenção Indígena e Acompanhamento Antropológico para a Redução dos Danos Causados pelo Uso Abusivo de Bebidas Alcoólicas entre os Mbyá-Guarani – RS. Lembrou que no ano 2000, quando o Procurador da República Juez Mercante exigiu providências da Fundação nesse sentido, isso parecia uma "utopia", entretanto que desencadeou um processo de intervenção sobre a problemática enquanto uma realidade concreta. Nada mais havendo a registrar, eu, Suraia Gonçalves de Oliveira, Técnica Administrativa do Ministério Público da União, encerro a presente ata.